



III CINTEDI

IMPACTOS DO LAUDO MÉDICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DE MIRACEMA, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E BOM JESUS DO ITABAPOANA

Jacqueline de Souza Gomes
Universidade Federal Fluminense / jsgomes@id.uff.br

Ana Guimarães Corrêa Ramos Muniz
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense / ana.ramos@iff.edu.br

Valmici Musquine de Brito Rocha
Universidade Federal Fluminense / vrocha@id.uff.br

Introdução

Considerando a pesquisa científica como uma construção que emerge da interação entre a práxis e a teoria, este projeto busca exemplos onde as práticas pedagógicas não são influenciadas pelos diagnósticos e laudos médicos. Afinal, será mesmo que é preciso um laudo médico para que docentes sejam capazes de lidarem com situações em sala de aula oriundas das especificidades do iminente processo de inclusão escolar brasileiro? Focamos especialmente na inclusão de “pessoas com dificuldades de aprendizagem”, termo genérico para pessoas que nem sempre possuem laudos médicos que as categorizam no grupo dos chamados corriqueiramente por “alunos(as) de inclusão”. Aliás, o que pode ser efetivamente categorizado como um(a) “aluno(a) de inclusão”?

De modo geral, objetivamos, pois, compreender como diagnóstico e laudo médico podem influenciar a compreensão da inclusão e as formas de atuação do(a) docente na sala de aula. Para tanto, nos fundamentaremos na sociologia do diagnóstico e áreas afins. De maneira específica, buscamos: a) identificar e agrupar os sujeitos da pesquisa (docentes da educação infantil do município de Miracema, docentes do ensino fundamental do município de Santo Antônio de Pádua e docentes do ensino médio do município de Bom Jesus do Itabapoana); b) analisar como os sujeitos de pesquisa definem, classificam e entendem “dificuldades de aprendizagem” e “deficiências”; c) identificar como os sujeitos de pesquisa agem em relação a pessoas com “dificuldades de aprendizagem”; d) enumerar os problemas informados por estes sujeitos em suas práticas pedagógicas e, a partir disto, pontuar alguns temas e ações prioritárias para políticas públicas inclusivas no Noroeste Fluminense. Com isto, nosso intuito é fomentar competências para a tolerância, para os direitos humanos e para o respeito às diferenças.

Metodologia

Fundamentando-nos no referencial da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2009) e no Método das Narrativas (Castellanos, 2014), investigaremos como sujeitos desta pesquisa enunciam e representam os problemas relacionados à prática docente inclusiva. Nesta medida, além de um estudo dos referenciais teóricos sobre o tema (Canguilhem, Jutel, Fonseca, Goffman, etc), analisaremos como os referidos problemas são definidos e entendidos pelos sujeitos de pesquisa através de entrevistas presenciais ou à distância, respeitando as disposições normativas referentes à ética em pesquisa. O referencial da Hermenêutica da Profundidade será utilizado com vistas a guiar o acesso e o processamento dos dados, bem como para promover a interpretação de sentidos captados das falas das pessoas entrevistadas. Complementarmente, pautamo-nos no Método das Narrativas a fim de organizar as experiências pessoais e resgatar as construções simbólicas que as mesmas representam a partir dos diferentes contextos sociais a que se conectam. A pesquisa será submetida ao CEP/UFF.

Resultados:

Estamos na fase inicial do trabalho onde materializamos um grupo de pesquisa, composto por discentes do Mestrado em Ensino do Programa de Pós-graduação em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, campus da Universidade Federal Fluminense no município de Santo Antônio de Pádua, para mapeamento e discussão de autores de referência nas áreas de sociologia do diagnóstico e afins. A partir das leituras, buscamos refletir sobre os impactos do laudo (ou da ausência do mesmo) na prática pedagógica docente. Esta primeira fase da pesquisa está centrada em 3 eixos de análise: a) *teórico-normativo* (mapeamento e estudo das bases teóricas, éticas e jurídicas); b) *metodológico* (categorização dos instrumentos da pesquisa para aplicação dos mesmos em fase posterior de pré-teste); e c) *formativo* (formação de discentes para a elaboração de relatórios e artigos científicos).

Discussão

Mildred Blaxter, em 1978, conclama a comunidade acadêmica para focar no estudo mais detalhado do diagnóstico e de suas implicações. A definição de diagnóstico, que é entendido pelo referido autor como categoria e processo, é importante para mensurá-lo como uma ferramenta social importante. Desta maneira, com vistas a uma análise social, ética e

política do diagnóstico é que se volta a sociologia do diagnóstico, área insurgente e em aprimoramento.

Depois de Blaxter, somente em 1995 é que Phil Brown publica o artigo “Naming and Framing: the social construction of diagnosis and illness” a fim de promover uma análise sobre o diagnóstico e a doença em suas várias dimensões. Ainda que Blaxter e Brown tenham sido os pioneiros, um estudo mais pormenorizado do diagnóstico através da sociologia do diagnóstico propriamente dita é recente. Charles Rosenberg, no artigo “The Tyranny of Diagnosis: Specific Entities and Individual Experience”, de 2002, relata o intercurso histórico do diagnóstico e a revolução que este impulsiona na vida social. O autor narra o redimensionamento do foco do diagnóstico, que passa da pessoa individualmente considerada à especificidade da doença. O século XX traz um estreitamento da relação entre diagnóstico e doença. Canguilhem, em 1978, é que abala esta relação ao promover o entendimento de inexistência de uma concepção objetiva e totalmente científica do normal.

Destaque-se, por fim, a centralidade assumida por Annemarie Jutel, atualmente professora na Universidade de Wellington, no estudo da sociologia do diagnóstico. A acadêmica, desde 2000¹, quando passou a se dedicar especificamente sobre a área, tem promovido pesquisas sobre os impactos do diagnóstico nas práticas socioculturais de proteção à saúde. Referência é sua obra intitulada “Putting a Name to It: Diagnosis in Contemporary Society”, de 2011. Antes desta, Jutel, em 2009, publicou um artigo sob o título “Sociology of Diagnosis: a preliminar review” que também consta no livro “Sociology of Diagnosis”, de 2011, organizado por P. J. McGann e David J. Hutson. Trata-se de artigo largamente citado em publicações sobre sociologia médica.

Conclusões

Reflexões sobre o diagnóstico tendem, no Brasil, a se restringir ao campo da sociologia da saúde e da doença. Não obstante, destacamos que, em abril de 2017, ocorreu na cidade de Niterói o “I Workshop sobre Sociologia do Diagnóstico: conceitos e aplicações”. Tratou-se de um evento, coordenado pelas professoras Jacqueline de Souza Gomes e Susan Kely, numa parceria entre a Universidade Federal Fluminense e da Universidade de Exeter a partir de projeto financiado pelo Programa Newton e que, de fato, foi uma das primeiras iniciativas para aplicar em solo brasileiro a sociologia do diagnóstico. Nesta ocasião, com a participação da professora Annemarie Jutel e outros representantes de diferentes áreas de

¹ V. JUTEL, 2009; 2011a; 2011b; 2011c; 2013; 2015.

conhecimento e sociedade civil, discutiu-se o conceito de diagnóstico e suas implicações psicossociais a partir da perspectiva dos pacientes, dos familiares, dos médicos e das associações de pacientes.

Corroboramos que a sociologia do diagnóstico pode trazer valiosas contribuições para uma compreensão do diagnóstico que não se fixa nos limites do conceito de doença e, deste modo, tal referencial poderá influenciar na prática docente e, conseqüentemente, na ressignificação da compreensão do diagnóstico, dos laudos médicos, das doenças, das práticas de sala de aula e das políticas públicas de inclusão escolar. O diagnóstico afeta a vida das pessoas que estão ao seu entorno e, por vezes, diagnósticos deformam subjetividades e podem levar à deterioração da vida do sujeito e de sua família. Geram estigmas que dilaceram dramaticamente muitas vidas. Portanto, o docente não pode atuar alheio a estes impactos. É um profissional que poderá formar ou deformar pessoas a partir de suas práticas e referenciais conceituais e éticas.

Referências

BLAXTER, M. Diagnosis as Category and Process: The Case of Alcoholism. *Social Science and Medicine* n. 12, pp. 9–17, 1978.

JUTEL, A. Sociology of Diagnosis: a preliminar review. *Sociology of Health & Illness*, vol. 31, n. 2, pp. 278-299, 2009.

_____. Putting a Name to It: Diagnosis in Contemporary Society. JHU Press., 2011a.

_____. Classification, disease, and diagnosis. *Perspect. Biol. Med.*, n. 54, pp. 189–205, 2011b.

_____, Nettleton, S. Towards a sociology of diagnosis: reflections and opportunities. *Soc. Sci. Med.*, 2011c.

_____. When pigs could fly: influenza and the elusive nature of diagnosis. *Perspect. Biol. Med.*, n. 56, pp. 513–29, 2013.

_____. Beyond the Sociology of Diagnosis. *Sociology Compass*, n. 10, pp. 841-852, 2015.

ROSENBERG, Charles R. The Tyranny of Diagnosis: Specific Entities and Individual Experience. *Milbank Q*, 2002, Jun; 80 (2): 237-260.